



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo Administrativo nº 8517500-72.2022.8.06.0000

Assunto: Análise da Minuta do Contrato nº 50/2022 a ser celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE) e a empresa CONDOR S/A – INDUSTRIA QUÍMICA, com fundamento no art. 74, inciso I, §1º, da Lei nº 14.133/21.

PARECER

Em evidência, o processo administrativo acima identificado, por meio do qual a Assistência Militar remete, para análise e considerações desta Consultoria Jurídica, Minuta do Contrato nº 50/2022 a ser celebrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE) e a empresa CONDOR S/A – INDUSTRIA QUÍMICA, com fundamento no art. art. 74, inciso I, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Referida contratação visa a aquisição de espargidores do tipo Spray de agente lacrimogênio (OC) Max e Espuma de agente pimenta (CS) Med, para atender às necessidades operacionais da Companhia de Guarda do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

A aquisição se justifica pela necessidade de garantir a prestação de um serviço de segurança adequado e eficiente respeitando o uso progressivo da força, com emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo e não letais nas Unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fórum Clóvis Bevilacqua e Unidades Judiciárias da Capital.

Instruem os autos os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização da Demanda/DFD (fls. 02/04);
- b) Estudo Técnico Preliminar/ETP (fls. 05/12);
- c) Proposta da empresa (fls. 13/14);

- d) Questionamento acerca da proposta de preço e Justificativa (fls. 15/17);
- e) Carta de Exclusividade (fls. 18/19);
- f) Certidões Negativas (fls. 20/28);
- g) Documentos da Empresa (fls. 29/62);
- h) Instrumento Público de Procuração (63/66);
- i) OAB do Representante (fl. 67);
- j) Balanço Patrimonial da Contratada (fls. 68/69);
- k) Declaração Específica ao TJCE (fls. 70/71);
- l) Autorização do Ministério da Defesa para a venda dos produtos pela empresa Contratada (fls. 72/89);
- m) Contratações semelhantes (fls. 90/97);
- n) Termo de Referência (fls. 123/137);
- o) Classificação e Dotação Orçamentária (fl. 146);
- p) Minuta do Contrato (fls. 148/159).

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, cumpre registrar, novamente, que o âmbito de análise deste parecer se restringe, única e tão somente, aos aspectos legais da contratação direta ora pretendida, não se imiscuindo, pois, em aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e oportunidade, que são próprios do Administrador Público no exercício de seu mister.

Firmada essa breve premissa basilar, passamos, nos tópicos seguintes, ao exame do vertente processo de inexigibilidade de licitação, com o fito de escandir se os mesmos se encontram em consonância com os princípios e normas legais que lhes são pertinentes.

Como consabido, repita-se por oportuno, a regra elementar no direito brasileiro é a compulsoriedade de pretérita licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, conforme se depreende a partir da dicção do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (Grifo não originais).

Denota-se, entretanto, que a própria Carta Magna/88 atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que é possível a contratação direta pela Administração Pública, seja por dispensa, seja por inexigibilidade, ambas sem a necessidade de precedência licitação.

Nesse diapasão, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI, do art. 37 da CF/88, a Lei nº 14.133/21, encontra-se estabelecido, expressamente, em seu art. 74, os casos de inexigibilidade da licitação.

Isto posto, no caso vertente, como visto, sustenta-se o cabimento da contratação direta da empresa CONDOR S/A – INDÚSTRIA QUÍMICA, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, §1º, da Lei nº 14.133/21, *ipsis litteris*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Depreende-se do dispositivo supra, sem maior esforço hermenêutico, que o caso em tela se amolda à hipótese de dispensa de licitação nele descrita.

Constata-se que, segundo o Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa/SIMDE, a empresa possui exclusividade para o fornecimento da presente contratação, conforme consta na Declaração de Exclusividade (fls.

18/19), sendo, portanto, a única possibilidade de contratação, no país, de tais equipamentos.

No tocante ao preço proposto, observa-se que o valor da contratação se mostra superior a pesquisa de mercado (90/97), contudo, tal alteração, se dá, conforme justificativa da empresa (fls. 16/17), em razão deste Tribunal não possuir o benefício da isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados/IPI, tendo em vista não ser um ente de segurança pública, o que leva a um acréscimo percentual de 29,25% por unidade.

Quanto ao processo administrativo trazido a lume, encontra-se este devidamente autuado, protocolado e numerado e nele consta, como vimos, manifestação técnica sobre a necessidade da contratação, a escolha da contratada e a estimativa de custos mediante prévia avaliação.

Presume-se, aqui, que as especificações técnicas no caso, quer quanto ao detalhamento das soluções pretendidas, quer quanto à avaliação dos custos estimados, tenham sido regularmente determinadas pela Assistência Militar do TJCE, com base no melhor atendimento às necessidades do Poder Judiciário.

Isso porque o tratamento de tais questões compõe a parcela de discricionariedade que norteia a atuação do Administrador Público no exercício de seu mister, cabendo-lhe decidir, dentre a ampla gama de opções, quais os melhores meios técnicos de dar cumprimento às reais demandas do serviço público.

Feita essa ressalva e avançando no tocante à existência de recursos orçamentários para o custeio do contrato, este foi expressamente confirmada nos autos.

Ante todo o exposto, e ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa CONDOR S/A – INDUSTRIA QUÍMICA, para o fornecimento de espargidores do tipo Spray de agente lacrimogênio (OC) Max e Espuma de agente pimenta (CS) Med, com fundamento no art. 74, inciso I, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Sugerimos, por conseguinte, a remessa dos autos à douta Presidência deste Tribunal, para ciência e providências que entender cabíveis.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 05 de outubro de 2022.

ALLAN WLASTER OLIVEIRA
FREIRE:06120940308
08

Assinado de forma digital por ALLAN WLASTER OLIVEIRA
FREIRE:06120940308
Dados: 2022.10.05 15:54:13 -03'00'

Allan Wlaster Oliveira Freire
Assistente de Apoio Técnico

De acordo. À douda Presidência.

RODRIGO XENOFONTE CARTAXO
SAMPAIO:88249581334

Assinado de forma digital por RODRIGO XENOFONTE CARTAXO
SAMPAIO:88249581334
Dados: 2022.10.06 13:37:14 -03'00'

Rodrigo Xenofonte Cartaxo Sampaio
Consultor Jurídico